

NAKAMURA, Emmanuel. *Escalas da Liberdade: Hegel e a questão social do nosso tempo*. Coleção: Modernos e Contemporâneos. Campinas: Editora PHI, 2025. 158 p. ISBN: 978-65-88691-35-9.

A fecundidade dos estudos hegelianos pode ser facilmente verificada pela profusão das pesquisas sobre o autor e pela grande influência de Hegel na formação intelectual dos mais importantes pensadores contemporâneos. Especialmente nos estudos de Filosofia Social, Hegel é incontornável. A percepção de Charles Taylor de que a importância de Hegel se deve à grande influência dele em todos os campos do pensamento filosófico é correta. Mas, especialmente, porque Hegel fornece os termos com os quais refletimos sobre alguns problemas contemporâneos, mormente os problemas sociais. A maneira de Hegel pensar conceitos como reconhecimento, dialética e liberdade, por exemplo, ainda possui incidência na forma com a qual muitos pensadores contemporâneos, e cada vez mais pensadoras, interpretam nossas sociedades atuais.

Neste contexto da pesquisa hegeliana, temos o excelente trabalho de Emmanuel Nakamura intitulado *“Escalas da Liberdade: Hegel e a questão social do nosso tempo”*. Neste trabalho, o autor apresenta a relevância do pensamento hegeliano para a discussão sobre a liberdade como conceito central para pensar as questões sociais de nossas sociedades contemporâneas. O livro herda a concepção de Filosofia Social que tem como objetivo construir uma ponte entre a reflexão filosófica e a pesquisa social empírica. Os problemas de nosso tempo, nossos problemas,

devem ser pesados filosoficamente. Por isso mesmo, o autor apresenta, logo de início, sua preocupação com a questão atual dos refugiados que, em várias partes do mundo, especialmente nas sociedades mais desenvolvidas da América do Norte e da Europa, nos questionam sobre a nossa compreensão e efetivação de uma justiça social global. Assim, o livro quer ser uma reflexão filosófica que sirva como diagnóstico crítico de nossa época. E faz isso muito bem!

A proposta da reflexão do autor é audaz, como audacioso é o pensamento hegeliano: interpretar e criticar a forma como organizamos os *frames* (quadros) que condicionam nosso modo de pensar e agir. Mas, mais ainda: que condicionam nossas instituições, nosso reconhecimento pessoal, nossa compreensão dos direitos sociais e da liberdade, e nossos critérios de justiça social. Enfim, uma robusta filosofia social de cunho hegeliano é discutida no livro. Para isso, o autor precisa reconstruir alguns aspectos da filosofia social hegeliana e da dialética hegeliana como método de reflexão. Filosoficamente, o ponto de partida é explicitado pelo autor nos seguintes termos: “a questão da justiça [social] só pode ser compreendida para Hegel no âmbito da história, isto é, enquanto progresso na consciência da liberdade” (p.16). Como fica claro na explicação do autor, o conceito de liberdade é o fio condutor de toda a trama social hegeliana.

No primeiro capítulo, *“Liberdade como método filosófico”*, o autor apresenta a relação entre método dialético e ideia

de liberdade em Hegel. A hipótese é a de que é possível construir, a partir dessa relação, uma crítica imanente às relações sociais e às questões de justiça social. O principal ponto é o de elucidar o *frame* da liberdade como quadro referencial para a linguagem e o pensar social: “a maneira como compreendemos o mundo condiciona a maneira como o próprio mundo é organizado” (p.26). Aqui, a liberdade pode ser entendida, conceitualmente, como “estar consigo mesmo no outro”. Os textos hegelianos estudados neste capítulo são a *Filosofia do Direito* e a *Ciência da Lógica*.

Fundamental no texto, e importante para atualizar o pensamento hegeliano, é a discussão do autor com dois modelos de teoria crítica contemporânea: os modelos de reflexão crítica de Axel Honneth e Rahel Jaeggi. A primeira discussão é com a reestruturação normativa, a crítica das esferas sociais e o conceito social de liberdade de Honneth. Nas palavras do autor, para Honneth: “descobrir os entendimentos de práticas sociais que são apropriados para servir como figuras de uma realização da liberdade intersubjetiva” (p.33), é fundamental. A segunda discussão é com a crítica imanente das formas de vida de Jaeggi. A proposta reconstrutiva e transformativa da autora “tem por objeto a configuração interna de instituições e contextos supraindividuais que formam as nossas vidas e as condições de possibilidade de nossas ações” (p.34). Interessante notar que para Nakamura, Honneth e Jaeggi propõem uma deflação pragmática da concepção hegeliana de história e da reflexão hegeliana sobre a metalinguagem das formas conceituais. Como conclusão dessa discussão, para o autor, falta em Honneth e Jaeggi uma justificativa apropriada da capacidade de apreensão intelectual, como encontramos em Hegel, que entende que participar

do debate filosófico significa construir conceitos dialeticamente.

No segundo capítulo, “*Liberdade como vínculo social*”, o autor pretende determinar mais concretamente a ideia de liberdade como *frame* que organiza e condiciona as nossas relações pessoais de reconhecimento. Vale lembrar que, para o autor, os *frames* (quadros – enquadramentos) influenciam nossa maneira de organizar nossos pensamentos, percepções, avaliações, ações e orientações sociais e políticas. Para pensar a ideia de liberdade, Hegel parte dos valores e bens presentes na sociedade histórica, e busca uma compreensão mais abrangente e conceitual. Assim, para Hegel, o princípio moderno de liberdade aparece na história com o Cristianismo. A ideia de que todos os seres humanos são iguais, presente na representação cristã, é fundamental na construção dos vínculos sociais, na ideia moderna de vontade livre, no desenvolvimento do direito moderno e na concepção moderna de Estado de Direito. Aqui emerge de forma robusta a ideia de reconhecimento recíproco, não de forma abstrata, mas encarnada na história e em contextos sociais. Para Nakamura, “as relações de reconhecimento nunca são tidas como puras, porque elas estão emaranhadas em estruturas nas quais a forma do que deve ser reconhecido é determinado de antemão” (p.55). Então, o conceito de liberdade social pode ser definido, agora, nos seguintes termos: “o sujeito é livre apenas quando, por meio de práticas institucionais, está ligado ao outro em uma relação de reconhecimento recíproco” (p.56).

Nesta altura da leitura fica cada vez mais claro porque para a Filosofia Social Contemporânea, fortemente influenciada pelo pensamento hegeliano, o conceito de reconhecimento é o princípio crítico-normativo que possibilita

teoricamente analisar e reconstruir o *frame* contemporâneo de nossas relações sociais e instituições. Aqui, a discussão sobre os processos de objetivação do conceito de vontade livre, em diálogo com Honneth, Fukuyama e as políticas de identidade, constrói um excelente balanço sobre a possibilidade do surgimento de líderes populistas. Resumidamente, isso é possível porque, “como eu não me sinto identificado nas instituições que deveriam mediar e capacitar a formação e a objetivação da minha vontade, qualquer forma de articulação racional dentro delas é vista como uma distorção dos meus sentimentos identitários” (p.83). Neste momento, infelizmente, não é mais o direito a dar a forma racional de todo processo de articulação e coesão social.

No terceiro capítulo, “*Liberdade como frame institucional de uma concepção de Justiça Global*”, o autor busca refletir sobre a concepção hegeliana de Justiça Global, como a articula Nancy Fraser em: (1) Dimensão Econômica da Distribuição, (2) Dimensão Cultural do Reconhecimento e (3) Dimensão Política da Representação. No texto, a releitura hegeliana está presente na discussão sobre a dinâmica contraditória do Mercado Capitalista, no *frame* da luta pelos Direitos e no paradoxo do Estado

Social-Democrata. Cada uma dessas releituras é discutida de forma robusta para conduzir o leitor à conclusão de que “o progresso na consciência da liberdade é o critério para determinar o que é justo dentro de um ordenamento sociopolítico vigente” (p.131). Daí o subtítulo de um dos tópicos desse capítulo: “*Justiça Global como progresso na consciência da liberdade*” (p.124). Finalmente, o autor apresenta um balanço do percurso realizado, apontando na direção de que o reconhecimento de direitos pessoais não deve ser separado do reconhecimento de direitos sociais e políticos.

Portanto, um excelente trabalho e de grande valor para a atualização do pensamento hegeliano e seus efeitos na reflexão contemporânea em Filosofia Social. A bibliografia é muito bem selecionada e atual, sem deixar de lado os clássicos no tema discutido. Um valor à parte são as notas de rodapé: excelentes. Um texto didático e bem escrito. Muito instrutivo para quem começa a estudar a filosofia social hegeliana e instigante para quem pesquisa o assunto.

Elton Vitoriano Ribeiro

FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

VALVERDE, Antonio José Romera; VALDÉRIO, Francisco; BUENOS AIRES DE CARVALHO, Helder; CASTELO BRANCO, Judikael; BERNARDO, Luis Manuel A. V. (eds.). *Ética, Política, Razão e Religião*. Festschrift em homenagem a Marcelo Perine, São Paulo: Educ, 2024, 467 p. ISBN 978-8528307351.

La publicación conmemorativa en homenaje al Profesor Marcelo Perine en sus 70 años, es un merecido reconocimiento de una vida dedicada o consagrada con mucha generosidad a la Filosofía, sea como profesor, como investigador, como traductor, como editor o como gestor académico.

No es normal que este tipo de obras, con tan variadas colaboraciones, se lean con placer. No es el caso de esta obra en que la mayoría de las colaboraciones de este volumen se leen con verdadero placer. Tal vez porque además de buenas razones y argumentos, en no pocas colaboraciones se albergan buenos sentimientos y la manifestación de una amistad intelectual o personal que hacen el mundo más habitable.

Abre el libro un magnífico prefacio de Gian Luca Potestà, que hace un recorrido justo, sintético y completo por la vida y la obra de Marcelo Perine. Recorre su formación jesuítica, la influencia del P. Vaz, de quien muchos le consideran el heredero, tanto para los estudios platónicos que ocuparon gran parte de sus investigaciones, como para la selección del tema de su doctorado, Eric Weil, este kantiano post-hegeliano que le puso en contacto con la filosofía moderna. Y muestra como la tarea docente, investigadora o editorial de Perine en la revista Síntese y en las ediciones Loyola, también ayudó a introducir en Brasil a otros grandes autores contemporáneos de renombre internacional, además de Weil: MacIntyre, Taylor, Reale, Szlezák, Berti, etc.

En una primera sección se agrupan trabajos, en diálogo con Perine y con

los autores que más le influyeron o los temas de los que se ocupó (Vaz, Weil, MacIntyre, Maritain, violencia, política...). El conjunto de la primera sección ayuda a comprender su trayectoria filosófica. La segunda y tercera sección están dedicados a los autores y de los temas más ligados a su recorrido intelectual; la segunda a Platón y la tercera a Vaz y Weil. En la cuarta sección algunos buenos amigos ofrecen otras colaboraciones que tratan temas menos ligados a la obra de Perine.

Claudia María Rocha de Oliveira construye un hermoso tapiz tejiendo los hilos de la influencia del Pe. Vaz en Perine, desde la influencia en la selección del autor de su doctorado (Eric Weil) a la adopción de Platón como tema de investigación y en la comprensión de la tarea de filosofar.

Helder Buenos Aires de Carvalho hace un recorrido muy oportuno sobre la obra de MacIntyre, su evolución y su recepción en Brasil, donde Marcelo Perine tiene un capítulo con la edición en 1991 de *Whose Justice, Which Rationality?*

Evanildo Costeki confronta el contentamiento weiliano -que Perine asume e interpreta- con otras tres visiones que se han presentado a lo largo de la historia sobre el origen de la filosofía: la admiración, la duda y las situaciones límites. El ser humano se encuentra gobernado por fuerzas naturales comunes a los animales; pero por su acción y reflexión sobre ella se descubre capaz de oponerse a la violencia que rige las relaciones naturales, encontrando el contentamiento en la razón.

Francisco Valdério, que se reconoce marcado por la filosofía de Weil y la interpretación de Perine, reflexiona en la estela de estos autores sobre la política y la guerra, la relación entre ellas y ese entrecruzamiento de razón y violencia, que se articula de modo diverso en cada una de ellas.

Patrus Ananias de Souza, establece un diálogo con Perine a propósito de Jacques Maritain a quien Perine dedicó algunos trabajos, para recuperar el legado del filósofo francés, cuya vigencia actual reivindica de modo inteligente y persuasivo.

La segunda sección dedicada a Platón, a quien Perine consagró largos años de investigación, recoge tres estudios escritos por autores de primera línea. Livio Rosetti presenta el gran cambio cultural producido en la Atenas del siglo V: desarrollo y confianza en la escritura, cambios en el discurso y en el interés, que se desplaza de lo físico a lo relacional.

La contribución magistral y fascinante de Thomas Alexander Szlezák, muestra el modo como Platón se concibió a sí mismo como filósofo, su autoevaluación como el más grande pensador, la influencia de sus aristocráticos orígenes, que le hicieron concebir la idea, felizmente fracasada, de sustituir el paradigma educativo épico-literario por el modelado por el espíritu de sus diálogos.

Concluye la sección sobre Platón otro extraordinario artículo de Maurizio Migliori, sobre la verdad para Platón. Reconociendo que sobre Platón “se ha dicho todo y lo contrario de todo”, propone dos premisas que constituyen su método de lectura de la obra de Platón: una aproximación multifocal, más fecunda que una evolutiva condenada a la contradicción y al fracaso; y una concepción de la escritura como ‘juego’, que señala los temas, pero que debe dejar espacio para que ‘lo serio’ sea comentado de palabra. El resultado es levantar la condena sobre la sensación o la opinión verdadera, reconociendo su papel en la búsqueda de ciencia y verdad.

El Profesor Ivan Domingues abre la tercera sección dedicada al P. Vaz y a Eric Weil, ofreciendo a Perine una relectura muy bien documentada del “Vaz Político”. En ella recorre las

fases de su pensamiento a través de algunos de sus escritos y las fases de su relación con la política, la primera más alineado con la izquierda católica, aunque desde la filosofía personalista, y, la segunda, después de un tiempo de silencio obsequioso al que sigue un tiempo de retiro completamente dedicado a la academia, con críticas a la teología de la liberación, que expresaban su temor de que la Teología y la fe cristianas fueran canibalizadas por el marxismo y la política. Se trata de un documento lleno de interés para comprender la historia de la filosofía y la política en el Brasil de la segunda mitad del siglo XX.

João Augusto Mac Dowell, en su último escrito, días antes de morir, presenta aspectos relevantes de la filosofía de Vaz, quizá hoy un poco olvidados. No es la filosofía de Vaz una discusión de interpretaciones de otros pensadores, sino que partiendo de lo que otros ya pensaron, de la rememoración, Vaz reflexiona sobre la realidad histórica que le toca vivir. La dialéctica también forma parte de su método, y su filosofía apunta a un sistema. Mac Dowell muestra con conocimiento y autoridad el modo como Vaz construye el sistema de su Antropología Filosófica y de su Ética filosófica. En su exposición también recoge las preocupaciones fundamentales de Vaz y su crítica a la modernidad. La articulación de historia y transcendencia puede ser una clave de lectura de su obra.

Judikael Castelo Branco, inspirado por el Perine hombre de diálogo, reflexiona sobre la responsabilidad social del filósofo en la estela de Eric Weil. Comienza presentando el modo como Eric Weil lidia con la violencia; en el segundo momento se confronta con “el hombre de ciencia”, “el hombre político” y “el hombre de ideología”, tres figuras de la modernidad; para acabar retomando la responsabilidad social del filósofo de mantener las vías del diálogo abiertas

entre los seres humanos, que muchas veces tienden a la violencia. Responsable del diálogo y participante de la construcción de las condiciones para el diálogo -entendido siempre como ejercicio de libertad, de pensamiento y de acción razonable.

Luis Manuel A.V. Bernardo ofrece una lúcida reflexión sobre otro tema querido para Perine: la democracia; en este caso bajo la perspectiva de la crisis o la “fragilización democrática” que atraviesan nuestras sociedades. Recorre, en la estela de Weil, las condiciones para la existencia de democracia, en particular lo que se entiende filosóficamente por la actitud/categoría de la ‘discusión’, como ejercicio de la libertad y de la razonabilidad humana, que puede ser una condición suficiente de la democracia, aunque de una democracia *in fieri*, nunca plenamente realizada, “siempre por realizar”.

Cierra la tercera sección Patrice Canivez, con una exquisita exposición, fiel y pedagógica, del pensamiento de Eric Weil sobre la filosofía como profesión y su carácter esencial en el sistema educativo, desde el punto de vista ético y político, para una participación democrática. La profesión de filósofo, además de fomentar la capacidad de diálogo y fomentar una ética del diálogo, ha de ofrecer a las generaciones más jóvenes la oportunidad de expresar los sentimientos de injusticia y de falta de sentido en un discurso conceptualmente explícito y estructurado capaz de influir en las decisiones que han de ser tomadas. La reflexión filosófica por sí sola no engendra democratización efectiva en la sociedad, pero hay que reconocerle un valor esencial en la enseñanza media y universitaria para que la democratización pueda avanzar.

La cuarta sección agrupa colaboraciones de amigos de Perine, no vinculadas, al menos aparentemente, a los temas y autores tratados por Perine. Luiz Bernardo Leite Araujo trata la tensión entre fe y saber en el discurso filosófico

sobre la religión. Dicha relación entre fe y saber se encuentra presente tanto en la obra de Perine como de Vaz.

Luiz Rohden, ofrece un elogio erudito y bien articulado de las humanidades y sus utilidades, propio de un humanista; mostrando la utilidad de lo socialmente considerado inútil, deconstruyendo el discurso sobre la inutilidad de las humanidades, señalando la utilidad en el arte, la literatura y la filosofía y cómo la formación en humanidades contribuye para el crecimiento en términos personales, sociales, políticos y ecológicos.

Antonio José Romera Valverde con su vasta cultura compone una especie de cuadro impresionista con multitud de sugerentes pinceladas de autores muy diversos que escribieron sobre la guerra y la paz. Desde Esquilo y Tucídides sabemos el carácter desproporcionado y absurdo del despropósito de la guerra; con Tolstoi de su degradación moral; con Brecht que la guerra y la paz son como la tempestad y el viento: “a guerra nasce da sua paz/ [...] Ela tem / os mesmos traços terríveis. / A sua guerra mata / o que a sua paz/ deixou de resto”. Alienación, neoliberalismo e ideología materialista no dan tregua en la paz. En la guerra precapitalista o premoderna el objetivo de la guerra (pillaje) acababa cuando se encerraba la guerra; en la guerra moderna la realización de sus objetivos principales (de control o dominio económico de una población o territorio) comienza solo después de la victoria militar). Afinal, “o absurdo e a violência ainda são onnipresentes” (Perine) y la reflexión de la filosofía busca y puede prestar una ayuda a la desaparición de la violencia en el mundo.

Mario Ariel González Porta en su contribución propone una serie de distinciones hermenéutico-categoriales para hacer claridad en la controversia del psicologismo (*psychologismusstreit*) que tiene ya dos siglos de existencia, alcanzando su punto álgido a finales del siglo XIX y

principios del XX. El autor irá ofreciendo a lo largo de sus páginas una serie de distinciones que permitirán ordenar mejor el material de la discusión.

Ivo Assad Ibri y Ryan Matthew Holke ofrecen reflexión sobre la investigación, la creencia y la conducta en el pragmatismo de Pierce, centrándose en su ensayo “Um argumento negligenciado para a realidade de Deus”, en el que Pierce propone el concepto de “jogo de devaneio” (*play of musement*) en su dimensión pragmática, que es un modo de aprehender una especie de residuo de mundo dejado al margen por la racionalidad lógico-mediadora, que da acceso a aspectos de sentido que no se dejan encerrar en los conceptos o en la regularidad de las leyes lógicas.

Marcelo Fernandes de Aquino pone punto final a esta cuarta y última sección con una acurada exposición del concepto hegeliano de dialéctica: esa forma de razón que “desenha a unidade originaria do conceito no tempo”. La relación entre la lógica y la historia constituye el núcleo duro del concepto hegeliano de dialéctica. Muestra Aquino relacionando la Ciencia de la Lógica con la Fenomenología del espíritu, cómo la racionalidad dialéctica establece un lazo entre la ontología y el método como muestran el lenguaje, la reciprocidad y la historicidad.

Es una satisfacción poder leer un conjunto de trabajos de tanta calidad, un libro de homenaje tan logrado, con contribuciones tan sugerentes, que sobre todo abren el apetito de ahondar en los autores o en los temas.

Si tuviera que señalar alguna laguna de la obra, como suele pasar en este tipo de homenajes, se puede decir que “son todos los que están” pero “no están todos los que son”. Faltan contribuciones de algunos buenos amigos a los que les habría gustado participar, como suele pasar. Y, sobre todo, falta un tema o un

autor que me parece que está presente subterráneamente en la obra de Perine y, salvo en la presentación de Potestá, más habituado a los temas religiosos, no ha sido mencionado. Me refiero a la Influencia de Jesús de Nazaret e santo Ignacio en Perine.

En la dedicatoria de su libro *Filosofia y violencia* a un querido amigo, Perine escribió: “O ‘logos do discurso eterno na sua historicidade’ (E.W.) aponta para uma Palavra, eternamente pronunciada e oportunamente incarnada na nossa história! Filosofar é também ouvi-la”.

Aparte de una vida ordenada y con rigor, que ha mantenido después de su tiempo como jesuita, antes de que supiera por Sócrates que “una vida sin examen no merece ser vivida”, o por Eric Weil que “el punto de partida para la reflexión crítica sobre la sociedad es la autorreflexión, Perine, por influencia de S. Ignacio, practicaba cotidianamente el examen de conciencia y el agradecimiento. Antes de acercarse a Weil para pensar la acción, de ese modo sinóptico, considerando los problemas en su complejidad y en sus interrelaciones con vistas a tomar una decisión, Perine se formó en la escuela del discernimiento y había oído que “quien poco determina poco entiende y menos ayuda”. Sus compromisos éticos también tienen alguna influencia ignaciana, desde que en su juventud se sintió llamado a la Compañía de Jesús cuya vocación es “ayudar a las almas”, donde “el sujeto de los otros es más importante que los propios deseos”. Y me queda la pregunta si el interés por el “contentamiento” weiliano no tendrá alguna relación con la pregunta con la que los superiores de la Compañía de Jesús comenzaban sus entrevistas con los jesuitas: “¿Estás contento?”

Pe. Juan Antonio Guerrero Alves, SJ
Diretor do Centro de Espiritualidade
S. Inácio - Salamanca